

CASTRO (Armando). — *Portugal na Europa do seu tempo. História socio-econômica medieval comparada*. Lisboa, Seara Nova, col. Argumentos, nº 4, 1970 (413 páginas, 19 x 12 cm.). 2 mapas em encartes.

O A. que se tornou bastante conhecido com *A Evolução Econômica de Portugal dos séculos XII a XV* — alentada obra em onze volumes, nove dos quais foram publicados pela Portugália Editora, Lisboa, entre os anos de 1964 e 1969 — apareceu em 1970, com esta obra de síntese que, conforme explicita na Introdução e o comprovam as constantes referências, apoia-se fartamente na pesquisa levada a efeito para aquela. A inovação desta é o aspecto comparativo:

“Trata-se, como o título revela, de um estudo de história socio-econômica comparada, tomando como centro de referência Portugal, a partir do qual se tenta um cotejo geral com o mundo do seu tempo ou antes — caso queiramos ser mais precisos — com os países da Europa medieval” (p. 9).

A obra se divide em três capítulos com muitos subtítulos e se acresce de quatro apêndices. No capítulo I “As forças produtivas materiais da Idade Média européia”, estima-se inicialmente a população da Europa medieval antes e depois da Peste Negra. Assim, o território que viria a ser Portugal teria, em meados do século XII, uma população que não chegaria a meio milhão de pessoas e no primeiro quartel do século XV, pouco excederia a meio milhão, numa área inferior a 89.000 quilômetros quadrados. Não se estende nestes cálculos de população devido ao método impressionista a que se sentiria o A. obrigado pela carência quase absoluta de dados informativos. A seguir, examina-se o principal setor da atividade produtiva medieval: a agricultura. O aproveitamento das forças da natureza foi um fenômeno continental. No que diz respeito à península ibérica especificamente, menciona-se o aprimoramento árabe difundido durante a dominação: a substituição da força humana pelos bois para puxar o arado, os processos de irrigação, a foice, a foicinha, assim como o sistema moageiro das azenhas. Nos fins do século XIV, conseguiu-se na Beira, em Portugal, uma média da ordem de 4 a 4,5 grãos por semente de trigo; em outros casos, excepcionais, de 8 a 13, mas já no século XV. Comparativamente, a produtividade portuguesa não estava aquém da de outros países do continente. Outros setores, alguns dos quais decorrentes da atividade agrícola são examinados no final do capítulo, como o surgimento de profissões diferenciadas: especialistas na enxertia e poda das vinhas e de árvores frutíferas, também, as profissões de ferreiro, carpinteiro e alfaiate são mencionadas. Verifica-se como Portugal foi um constante importador dos centros manufatureiros de textéis de Flandres, Tournay, Ypres, Chartres, Valenciennes, Bruges, Monteiról, Vernoy e, inclusive, Irlanda. É dada mesmo uma descrição do tear medieval.

No capítulo II, "A organização dominial e a estrutura interna dos domínios", parte-se do princípio de que os domínios eram a expressão das relações sociais em que se assentava toda a estrutura econômica e social do modo de produção. (p. 78). Os três tipos de domínios fundamentalmente havidos em Portugal foram: as "honras", os "coutos" e as terras isentas de fato. Nota-se que além do fundo dominial da coroa, conforme a variação do domínio, gozavam de maiores regalias os fidalgos e os organismos religiosos. Comprova-se que a revolução burguesa de 1383-1385, embora tenha garantido certas conquistas, aliás temporárias, não destruiu de todo as estruturas feudais. É colocada a situação da *terra indomincata* e, em seguida, conceituam-se os alódios

"exploração absolutamente livre, sobre a qual nenhum superior tinha direitos, que não devia deveres (*sic*) ou serviços a ninguém, cuja posse não envolvia obediência ou prestação de lealdade a qualquer indivíduo" (p. 106).

Estabelecidos estes conceitos, seguem-se comparações do fenômeno dominial e o exame das variações ao nível de cada coletividade diferenciada. Para tanto, revêem-se as posições de reis, nobreza e clero, as reservas indomincadas e a exploração dominial através de famílias dependentes. Relata-se a divisão da terra arável entre as famílias camponesas que trabalhavam pagando uma renda ao senhor respectivo, além daquelas que deviam a quem detivesse o dominialidade direta, tal qual se deu com a dízima eclesiástica, sendo estas famílias sujeitas ao poder dos possuidores do domínio onde nasciam, viviam e morriam. Esta exploração da terra, tanto quanto das famílias camponesas também foi o uso consagrado pelo continente todo, com as denominações de *casal* (Portugal, França e outros países), *hufe* (Alemanha) e *hide* (Inglaterra).

Estas observações nos conduzem ao estudo das relações de dependência de que se ocupa o capítulo III. Muito elucidador destas relações é o mapa colocado em encarte à página 209, o qual mostra que a escravidão mais acentuada no oriente europeu era porem, prática difundida por todo o continente; a servidão de gleba também dominava o oriente europeu; a servidão de gleba atenuada atingia sobretudo a Catalunha, a Provença, a Borgonha e regiões esparsas do norte, centro e sul; a liberdade pessoal com limitações variáveis, tanto materiais quanto econômicas, entre outras regiões, se constituía como predominante na Irlanda, no norte da Inglaterra, em Essex, Suffolk, Norfolk, Gasconha, Bretanha, norte da Itália e, por fim, a liberdade pessoal com restrições mais ligeiras existia sobretudo no ocidente europeu, genericamente em regiões não mencionadas nas descrições anteriores.

As relações de dependência eram geradas pelas peculiaridades do modo de produção feudal. O A. avalia como exata a análise de Marx sobre a transformação das relações feudais em capitalistas. Em Portugal, documenta o A.,

“a carta de foro do ano de 1183 dos moradores de Mira (Santa Maria de Mira), um domínio do poderoso mosteiro de Santa Cruz de Coimbra” (p. 223)

já refere a existência de assalariados.

Em número de quatro, os apêndices apresentam: I. — Sumário dos onze volumes de *A Evolução Econômica de Portugal dos séculos XII a XV*; II. — Índice de autores cuja auto idade justifica por si a seriedade do trabalho; III. — Índice geográfico; IV. — Índice por assuntos. O índice do próprio livro precede a Introdução.

Este livro, embora suponha a necessidade do conhecimento dos onze volumes do mesmo A., enquanto síntese de informações e organização metódica das mesmas se impõe pelo aspecto comparativo em que ilhora a historiografia socio-econômica medieval.

HEITOR MEGALE.

\* \*  
\*

*Histoire de L'Université de Paris*. Chancellerie des Universités de Paris. Capa: Vasarely — Serigrafia — 164 páginas (21,5 x 25 cm.). Paris, 1973.

A presente publicação foi motivada pela exposição comemorativa sobre a Universidade de Paris. A organização desta exposição foi confiada a Marie Louise Marchand Thebault, encarregada dos Arquivos Nacionais, autora também das notas de número 1 a 478, devendo-se à Paule René-Bazin, também encarregada do citado arquivo os de número 479 a 619.

Através de um processo cronológico reúne várias ilustrações; documentos, manuscritos, retratos, cartazes, selos, etc. A obra divide-se em quatro capítulos; o primeiro, Universidade na Idade Média, o segundo, Universidade do século XVI ao XVIII, o terceiro, os tempos modernos e o quarto, os edifícios da Sorbonne. Quanto ao prefácio Robert Mallet, Reitor da Academia, Chanceler das Universidades de Paris, sintetizou idéias resumindo o histórico da Universidade.

No capítulo I encontramos vários comentários dos exemplares originais, de documentos importantes como o diploma original de Filipe-Augusto concedendo aos estudantes seus primeiras privilégios, bula de Inocêncio IV relativa aos alojamentos dos escolares, consulta dada à Filipe-o-Belo pela Faculdade de Teologia relativa aos Templários.

Na Universidade do século XVI ao XVIII, focalizada no capítulo II, surgem distorções entre as faculdades. O edito de Luiz XIV regulamentando estudos do direito canônico e civil (figura 63) à Faculdade de Direito.